Maxi educa

TRINDADE-PE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRINDADE - PERNAMBUCO

PROFESSOR II - CIÊNCIAS

- APOSTILA COMPLETA
- MATERIAL PARA DOWNLOAD
- TEORIA E QUESTÕES



EDITAL Nº 001/2026 DO CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE TRINDADE (PE)

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação: https://www.maxieduca.com.br

Maxi educa

SUMÁRIO

Prefeitura de Trindade - PE

Professor II - Ciências

LÍNGUA PORTUGUESA

Acentuação gráfica 1
Análise e interpretação de textos 3
Coerência textual. Coesão textual 4
Concordância nominal. Concordância verbal. 9
Emprego da crase 15
Figuras de linguagem 19
Ortografia oficial 25
Pontuação 33
Regência nominal. Regência verbal 37
Significação das palavras (sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos). 44
Tipos e gêneros textuais 48
Uso e colocação dos pronomes 55
Questões 61
Gabarito 72

LEGISLAÇÃO PARA PROFESSORES

Conselho Escolar e Conselho Municipal de Educação: Competências e atribuições .. 1
Constituição Federal (art. 205 a 214): Direito à educação e dever do Estado 6
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/1990): Direito à educação e deveres da escola 12
FUNDEB (Lei nº 14.113/2020): Financiamento da educação básica e controle social. 81
Gestão democrática do ensino público: Princípios legais e participação da comunidade escolar 105
Gestão de patrimônio público escolar: Controle, conservação e responsabilidade sobre bens públicos 112
Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011): Transparência na administração escolar 113
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996): Organização da educação nacional e competências dos entes federativos 126
Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº 15.388/2026): Metas e responsabilidades dos municípios 158

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Regimento Escolar: Natureza jurídica, elaboração e aplicação 167
Responsabilidade administrativa do gestor escolar: Atos administrativos e deveres funcionais 173
Questões 179
Gabarito 186

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

Planejamento de aulas e atividades práticas de Ciências; Organização da rotina e dos materiais utilizados nas aulas de Ciências 1
Desenvolvimento de atividades experimentais e demonstrações científicas; Orientação dos alunos na realização de experimentos em sala de aula e laboratório 5
Utilização de materiais e recursos didáticos para o ensino de Ciências 10
Ensino de conteúdos relacionados ao corpo humano e à saúde; Desenvolvimento de atividades sobre alimentação, higiene e prevenção de doenças 14
Ensino de conteúdos relacionados aos seres vivos e ao meio ambiente 19
Desenvolvimento de atividades sobre preservação ambiental e sustentabilidade 24
Ensino de conteúdos relacionados à matéria, energia e suas transformações 28
Desenvolvimento de atividades sobre fenômenos naturais e situações do cotidiano .. 33
Utilização de modelos, imagens, vídeos e outros recursos para explicar conceitos científicos 38
Adaptação de atividades práticas às necessidades e aos diferentes níveis de aprendizagem dos alunos 42
Elaboração e aplicação de atividades e exercícios de Ciências; Correção e acompanhamento das atividades realizadas pelos alunos; Elaboração e aplicação de avaliações da aprendizagem em Ciências 47
Identificação e acompanhamento das dificuldades de aprendizagem dos alunos 52
Organização e segurança durante atividades experimentais e uso de materiais de laboratório 57
Registro do desenvolvimento e do desempenho dos alunos nas atividades de Ciências; Participação no planejamento pedagógico e trabalho integrado com a equipe escola 62
Questões 67
Gabarito 72

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Avaliação da aprendizagem 1
Currículo escolar 3
Desenvolvimento cognitivo e aprendizagem em Jean Piaget 7

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Desenvolvimento sociocultural da aprendizagem em Lev Vygotsky 10
Didática e organização do ensino em José Carlos Libâneo 15
Educação e pedagogia crítica em Paulo Freire..... 20
Educação inclusiva e diversidade 25
Gestão democrática da escola..... 27
Interdisciplinaridade na educação em Ivani Fazenda 34
Legislação educacional brasileira. Políticas públicas educacionais..... 39
Planejamento de ensino..... 49
Projeto Político-Pedagógico (PPP)..... 53
Psicologia da educação..... 59
Tendências pedagógicas na educação brasileira em Dermeval Saviani 62
Teorias da aprendizagem 67
Tecnologias educacionais no processo de ensino-aprendizagem 74
Trabalho pedagógico e interdisciplinaridade 78
Construtivismo na educação em Emília Ferreiro..... 82
Avaliação mediadora em Jussara Hoffmann..... 87
Questões 93
Gabarito..... 98

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

A acentuação gráfica consiste no emprego do acento nas palavras grafadas com a finalidade de estabelecer, com base nas regras da língua, a intensidade e/ou a sonoridade das palavras. Isso quer dizer que os acentos gráficos servem para indicar a sílaba tônica de uma palavra ou a pronúncia de uma vogal. De acordo com as regras gramaticais vigentes, são quatro os acentos existentes na língua portuguesa:

- **Acento agudo**: indica que a sílaba tônica da palavra tem som aberto.

  Ex.: *área, relógio, pássaro.*

- **Acento circunflexo**: empregado acima das vogais “a” e” e “o”para indicar sílaba tônica em vogal fechada.

  Ex.: *acadêmico, âncora, avô.*

- **Acento grave/crase**: indica a junção da preposição “a” com o artigo “a”.

  Ex.: *“Chegamos à casa”. Esse acento não indica sílaba tônica!*

- **Til**: Sobre as vogais “a” e “o”, indica que a vogal de determinada palavra tem som nasal, e nem sempre recai sobre a sílaba tônica.

  Ex.: *a palavra órfã tem um acento agudo, que indica que a sílaba forte é “o” (ou seja, é acento tônico), e um til (˜), que indica que a pronúncia da vogal “a” é nasal, não oral. Outro exemplo semelhante é a palavra bênção.*

- **Monossílabas Tônicas e Átonas**: mesmo as palavras com apenas uma sílaba podem sofrer alteração de intensidade de voz na sua pronúncia.

  Ex.: *observe o substantivo masculino “dó” e a preposição “do” (contração da preposição “de” + artigo “o”).*

Ao comparar esses termos, percebermos que o primeiro soa mais forte que o segundo, ou seja, temos uma monossílaba tônica e uma átona, respectivamente. Diante de palavras monossílabas, a dica para identificar se é tônica (forte) ou fraca átona (fraca) é pronunciá-las em uma frase, como abaixo:

“Sinto grande dó ao vê-la sofrer.”

“Finalmente encontrei a chave do carro.”

Recebem acento gráfico

As monossílabas tônicas terminadas em:

- a(s) → pá(s), má(s);
- e(s) → pé(s), vê(s);
- o(s) → só(s), pôs.

As monossílabas tônicas formados por ditongos abertos -éis, -éu, -ói.

Ex.: *réis, véu, dói.*

Não recebem acento gráfico:

- **As monossílabas tônicas**: par, nus, vez, tu, noz, quis.
- As formas verbais monossilábicas terminadas em “-ê”, nas quais a 3a pessoa do plural termina em “-eem”.

Importante: Antes do novo acordo ortográfico, esses verbos era acentuados.

Ex.: *Ele lê → Eles ~~lêem~~ leem.*

Exceção: o mesmo não ocorre com os verbos monossilábicos terminados em “-em”, já que a terceira pessoa termina em “-êm”. Nesses caso, a acentuação permanece acentuada.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Participação colegiada na organização da escola

Natureza institucional do Conselho Escolar

O Conselho Escolar integra a organização participativa da unidade de ensino e cria um espaço formal para que diferentes segmentos da comunidade escolar intervenham em assuntos relevantes da vida institucional. Sua composição e seu funcionamento dependem das normas do sistema de ensino e do regimento aplicável, mas sua lógica central é colegiada: decisões, avaliações e encaminhamentos deixam de ficar restritos a uma única autoridade e passam a incorporar representação, debate e responsabilidade compartilhada. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional associa a gestão democrática do ensino público à participação dos profissionais da educação e das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Essa referência dá ao colegiado uma função institucional vinculada à democratização da gestão, sem eliminar as competências próprias da direção, dos profissionais ou dos órgãos mantenedores.

Representação e vínculo com a comunidade escolar

A presença de representantes de diferentes segmentos amplia a capacidade do colegiado de perceber problemas sob perspectivas distintas. Famílias podem apresentar dificuldades relacionadas ao acesso, à comunicação e à permanência; estudantes podem revelar aspectos da convivência e da rotina que não aparecem nos registros administrativos; profissionais da escola contribuem com conhecimento pedagógico e operacional. A participação não transforma cada representante em defensor exclusivo de interesses particulares. A atuação colegiada exige considerar o interesse educacional comum, as normas vigentes e as condições concretas da unidade. Em uma situação de alteração do uso de espaços escolares, por exemplo, o debate pode reunir necessidades pedagógicas, segurança, acessibilidade, disponibilidade de ambientes e impacto sobre diferentes turmas antes da definição de um encaminhamento.

Competências deliberativas, consultivas e de acompanhamento

As atribuições específicas são definidas pelas normas do respectivo sistema e pela regulamentação da unidade, razão pela qual não é adequado presumir que todos os Conselhos Escolares brasileiros possuam exatamente o mesmo conjunto de poderes. Em termos funcionais, esses colegiados podem exercer competências deliberativas nos assuntos que lhes forem legalmente atribuídos, emitir manifestações consultivas, acompanhar ações institucionais e colaborar com processos de avaliação e planejamento. O limite da competência é essencial: uma deliberação colegiada não pode substituir órgão ou autoridade quando a matéria estiver reservada a outra instância.

Projeto pedagógico, prioridades e controle social

A participação do Conselho Escolar pode alcançar o acompanhamento da proposta pedagógica, das prioridades institucionais e da aplicação de recursos cuja gestão admita participação colegiada. O valor do controle social está na combinação entre acesso à informação, discussão fundamentada e registro das decisões. Ao analisar a aquisição de materiais para uma atividade escolar, por exemplo, o colegiado pode relacionar a necessidade apresentada às prioridades pedagógicas e às condições orçamentárias, observando as regras aplicáveis. O conselho não funciona como simples homologador de decisões já tomadas; sua contribuição é mais consistente quando recebe informações suficientes, registra divergências e acompanha a execução do que foi decidido.

A tabela diferencia funções recorrentes do colegiado sem convertê-las em atribuições universais, pois o alcance concreto depende da regulamentação do sistema de ensino.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Da intenção pedagógica à experiência concreta

Definição do foco científico da aula

O planejamento de uma aula prática começa pela definição do fenômeno, da ideia científica ou da relação que os alunos deverão compreender. No trabalho científico escolar, uma atividade ganha sentido quando existe uma pergunta orientadora e quando os materiais escolhidos permitem produzir observações relacionadas a essa pergunta. O objetivo não deve ser formulado apenas como “realizar uma experiência”, porque executar etapas não garante compreensão. É mais produtivo estabelecer o que os estudantes deverão observar, comparar, descrever, interpretar ou relacionar. Uma aula sobre dissolução, por exemplo, pode focalizar a diferença entre dissolver e desaparecer, exigindo que os alunos acompanhem o que ocorre com sal, areia e óleo quando entram em contato com água. A escolha do conteúdo determina o tipo de evidência que precisa ser produzida e o modo como o professor organizará a participação da turma.

Questões orientadoras e evidências observáveis

Uma questão orientadora transforma a prática em investigação dirigida. Perguntas como “todos os materiais se comportam da mesma forma na água?” ou “o que muda quando a quantidade de água permanece constante e o material é trocado?” direcionam a atenção para comparações verificáveis. O professor precisa antecipar quais observações serão possíveis no tempo disponível, quais ideias prévias podem aparecer e quais registros ajudarão a distinguir aparência de explicação. Também é necessário decidir se a turma trabalhará com descrições qualitativas, medidas simples ou ambas. Quando os estudantes registram cor, transparência, presença de partículas, formação de camadas e mudanças ao longo do tempo, o planejamento já prevê caminhos para que as observações sejam retomadas em discussão posterior. Isso evita que a prática se reduza a uma sequência de ações desconectadas do conteúdo científico.

Compatibilização entre objetivo, tempo e condições da turma

A viabilidade didática depende da relação entre o objetivo e as condições reais de execução. O professor estima o tempo de montagem, observação, registro, discussão e reorganização do espaço, considerando também deslocamentos, distribuição de materiais e necessidade de repetir alguma etapa. Uma atividade adequada para pequenos grupos pode exigir outra organização em uma turma numerosa. Da mesma forma, um fenômeno que demora vários dias, como a germinação, pede uma sequência distribuída em diferentes encontros, enquanto mudanças rápidas podem ser examinadas em uma única aula. Planejar inclui prever alternativas para materiais indisponíveis, resultados pouco visíveis ou mudanças de ritmo. Essas alternativas não substituem o objetivo; servem para preservar o foco científico quando alguma condição operacional se modifica.

Plano alternativo sem perda do objetivo

Antecipar alternativas é diferente de preparar uma atividade completamente distinta. O plano alternativo preserva a pergunta científica e modifica apenas o recurso ou a forma de observação que se tornou inviável. Se o professor pretendia comparar misturas em recipientes transparentes e parte deles não está disponível, pode reduzir o número de conjuntos e organizar observação compartilhada, mantendo os mesmos materiais e critérios. Se uma mudança esperada depende de tempo maior que o período da aula, pode preparar previamente uma amostra em estágio posterior e deixar claro que ela representa outro momento do processo. Essa antecipação evita soluções improvisadas que introduzem fenômenos diferentes do planejado. Também permite que o professor decida antes quais aspectos podem ser flexibilizados e quais são indispensáveis para que a atividade continue alinhada ao foco conceitual.

A tabela compara decisões que precisam ser articuladas antes de uma prática sobre dissolução, evitando que a seleção dos materiais aconteça separadamente da finalidade pedagógica.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

[1]O termo avaliar tem sido associado a fazer prova, fazer exame, atribuir notas, repetir ou passar de ano. Nela a educação é imaginada como simples transmissão e memorização de informações prontas e o educando é visto como um ser paciente e receptivo. Em uma concepção pedagógica mais moderna, a educação é concebida como experiência de vivências múltiplas, agregando o desenvolvimento total do educando. Nessa abordagem o educando é um ser ativo e dinâmico, que participa da construção de seu próprio conhecimento. Nesse ponto de vista, a avaliação admite um significado orientador e cooperativo.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem, é realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática na escola, com o objetivo de diagnosticar a situação de aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular. A avaliação não deve priorizar apenas o resultado ou o processo, mas deve como prática de investigação, interrogar a relação ensino-aprendizagem e buscar identificar os conhecimentos construídos e as dificuldades de uma forma dialógica. O erro passa a ser considerado como pista que indica como o educando está relacionando os conhecimentos que já possui com os novos conhecimentos que vão sendo adquiridos, admitindo uma melhor compreensão dos conhecimentos solidificados, interação necessária em um processo de construção e de reconstrução. O erro, nesse caso, deixa de representar a ausência de conhecimento adequado. Toda resposta ao processo de aprendizagem, seja certa ou errada, é um ponto de chegada, por mostrar os conhecimentos que já foram construídos e absorvidos, e um novo ponto de partida, para um recomeço possibilitando novas tomadas de decisões.

A avaliação, dessa forma, tem uma função prognóstica, que avalia os conhecimentos prévios dos alunos, considerada a avaliação de entrada, avaliação de input; uma função diagnóstica, do dia a dia, a fim de verificar quem absorveu todos os conhecimentos e adquiriu as habilidades previstas nos objetivos estabelecidos. Para José Eustáquio Romão, existe também uma função classificatória, avaliação final, que funciona como verificação do nível alcançado pelos alunos, avaliação de output. Através da função diagnóstica podemos verificar quais as reais causas que impedem a aprendizagem do aluno. O exemplo classificatório de avaliação oficializa a visão de sociedade excludente adotada pela escola.

[2]Tipos de Avaliação

Assim como as crianças e adolescentes aprendem de diferentes formas, avaliar esses conhecimentos também exige essa diversidade. Ao aderir a essa prática, os professores passam a ter uma dimensão mais completa e integral dos alunos.

Os principais tipos de avaliação são a diagnóstica, formativa, somativa e externa.

Avaliação diagnóstica

Como o próprio nome indica, esta modalidade possibilita identificar e mapear os saberes dos estudantes em relação a determinado objeto do conhecimento ou habilidade. No ciclo de alfabetização, a avaliação diagnóstica também pode ser chamada de sondagem e acontece periodicamente para acompanhar os avanços das crianças.

O mais comum é que aconteça no início de cada bimestre. Porém, o mais indicado é aumentar a frequência. “Ela deve acontecer várias vezes. A cada novo trabalho ou objeto de conhecimento precisamos de um diagnóstico”, diz Kátia Chiaradia.

A avaliação diagnóstica deve ser capaz de verificar as lacunas, identificar os avanços e os pontos de destaque da turma. Esses dados são utilizados para orientar o planejamento docente e podem nortear, por exemplo, a organização de agrupamentos produtivos.

Olhar para aspectos socioemocionais e mapear interesses, hábitos e realidade de cada aluno também são pontos interessantes de se considerar na hora de planejar o diagnóstico.

---

1 https://educador.brasilescola.uol.com.br/trabalho-docente/avaliacao-escolar.htm
2 https://novaescola.org.br/conteudo/8778/o-que-e-avaliacao

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Maxi educa



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!